



### **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA MARCHA DAS MARGARIDAS – 2003 RAZÕES PARA MARCHAR**

**ENTIDADES PROMOTORAS:** CONTAG, FETAG's, STR's, CUT, SECRETARIA DE MULHERES DO CNS, MMTR/NE, MLT, MIQCB.

**ENTIDADES APOIADORAS:** MARCHA MUNDIAL DE MULHERES NO BRASIL, REDE LAC, FASE, SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, CPT, FÓRUM CARAJÁS, ESPLAR, BÖLL, CASA LILÁS, LOUCAS DE PEDRA LILÁS, OXFAM, UNIFEM, CÁRITAS, CESE, FUNDO SAAP, CRISTHIAN AID, IICA, NEAD, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, MDA.

<b>A Reforma Agrária como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável</b>		
<b>PROPOSTAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>CONSIDERAÇÕES</b>
1- Elaborar e implementar um Plano Nacional de Reforma Agrária,	<p>Prevista a consulta à sociedade e aos movimentos sociais para ampla discussão do PNRA.</p> <p>Tão logo o GT defina cronograma de participação dos movimentos sociais, será divulgado amplamente.</p>	<p>Existem informações que será apresentada no dia 08/10, uma versão preliminar para os integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e para o Núcleo Agrário da Câmara.</p>
2- Reorganizar o orçamento público para a Reforma Agrária, definindo recursos suficientes no Plano Plurianual e no Orçamento Geral da União.	<p>MDA está em negociação com o Ministério da Fazenda para a modificação do cálculo do superávit primário que impactam diretamente nos TDA</p>	<p>Se forem mantidos os recursos previstos no PPA para o INCRA, só será possível assentar:</p> <p>16.000 famílias em 2004  27.723 famílias em 2005  33.895 famílias em 2006  44.133 famílias em 2007</p> <p><b>Totalizando 123.751 famílias, inferior as 200 mil famílias acampadas atualmente.</b></p> <p>Precisamos pressionar para garantir outras fontes de recursos, além das previstos no OGU.</p> <p>Quanto a ampliação no volume de Títulos</p>

		da Dívida Agrária - TDA's, vale ressaltar que eles são utilizados apenas para pagamento da terra nua, e as benfeitorias devem ser pagas em dinheiro.
3- Revogar a Medida Provisória Nº 2183-56.		Não houve avanço
4- Levar em conta nos, processos de desapropriação e no planejamento dos assentamentos, a qualidade produtiva das terras e as benfeitorias existentes, para que os assentamentos sejam realizados em propriedades com solos de boa qualidade.	As vistorias são realizadas em conjunto com os movimentos sociais e buscam a obtenção de terras que dêem sustentabilidade às famílias a serem beneficiadas.	A exigência sobre a qualidade das áreas para Reforma Agrária deve ser uma determinação da política pública. A participação dos movimentos sociais é facultativa e pouco acontece, porque faltam aos movimentos sociais, as condições econômicas e técnicas para promoverem este acompanhamento.

<p>5- Readequar o SIPRA (Sistema de Informações nos processos de Reforma Agrária).</p> <p>6- Realizar o cadastramento, os contratos e as titulações (definitivas ou de concessão de uso), obrigatoriamente, em nome do homem e da mulher, independente do estado civil do casal.</p>	<p>A titulação conjunta obrigatória será adotada como norma nos procedimentos de obtenção do título ou concessão de uso da terra, isso implicará na obrigatoriedade de informações sobre as mulheres no cadastro, nos contratos e no SIPRA.</p>	<p>O MDA assinou portaria que garante a obrigatoriedade da titulação de domínio do contrato de concessão de uso conjunto em nome da mulher e do homem.</p>
<p>7- Revisão dos cadastros, contratos e títulos emitidos anteriormente em nome exclusivo dos homens, para que seja feita a retificação para titulação conjunta.</p>	<p>Dependerá de estudo caso a caso. Quando solicitado pelo (a) interessado (a), o INCRA poderá proceder a revisão da situação da titularidade, quando não houver registro em cartórios.</p> <p>Esses procedimentos serão detalhados na instrução normativa que versará sobre a titulação conjunta obrigatória.</p>	<p>Divulgar amplamente nos assentamentos os direitos relativos à titulação conjunta, estimulando os beneficiários a procurarem o INCRA ou os cartórios para a revisão dos contratos.</p>

<p>8- Capacitar funcionários (as) responsáveis pelas operações de cadastramento, registro ou titulação de beneficiários, em relações humanas e relações de gênero.</p>	<p>O INCRA/MDA intensificarão os treinamentos para atendimento aos beneficiários da Reforma Agrária com ações como:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Capacitação de gestores nas questões de gênero e raça.</li> <li>2) Capacitação de servidores para garantia da ampliação ao acesso a terra.</li> </ol>	<p>Apesar das ações anteriores de capacitação, estas devem ser ampliadas para atingir a totalidade dos servidores e servidoras, especialmente aqueles que estão em contato direto com os beneficiários.</p>
<p>10- Priorizar o assentamento das mulheres chefes de família, seja nas áreas de reforma agrária, de populações ribeirinhas, de extrativistas.</p>	<p>INCRA promoverá a revisão dos critérios que facilitem o acesso da mulher a terra, para tal será constituída uma oficina de trabalho na primeira semana de outubro para rever os critérios de seleção .</p>	<p>Assegurar que a CONTAG possa ter participação nas discussões para a definição de referidos critérios</p>
<p>12- Demarcar, homologar e desintrusar as terras indígenas e de remanescentes de quilombos.</p>	<p>Foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial para tratar das questões relativas a remanescentes de Quilombos. A partir da conclusão do GT o MDA/ INCRA, encaminhará as questões que lhe forem atribuídas.</p>	

<p>13- Ampliar o Programa de Crédito Fundiário para todo o país enquanto política pública, e estimular a participação e titulação das mulheres e jovens nas ações do Programa, com tratamento diferenciado.</p> <p>14- Realizar campanhas sobre a importância do associativismo e cooperativismo, estimulando a participação de mulheres e jovens.</p>	<p>Será realizado seminário em novembro para discutir proposta apresentada pelo MSTTR a Unidade Técnica</p> <p>MDA se compromete a promover a incorporação do tema no Fórum Nacional de Coop. Crédito, bem como a realização de campanha específica sobre o tema</p>	<p>Foi realizados um seminário, em João Pessoa na Paraíba, com a presença de todas as representações envolvidas com o programa, onde foi apresentada pela CONTAG, e acatada pela Unidade Técnica Nacional, uma proposta para transversalizar gênero no Crédito Fundiário.</p> <p>MDA para atender às demandas da Agricultura Familiar, principalmente com relação aos recursos disponibilizados para o SISCOOP e DENACOOP.</p> <p>Apoiar a proposta da Articulação Nacional do Cooperativismo Solidário sobre a Reforma da Lei 5.764/71, principalmente, em função da representatividade, registro, Ato Cooperativo e Cooperativas de Trabalho.</p>
--	--	---

<p>15- Desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao PRONAF e aos Fundos Constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras</p>	<p>PRONAF Infraestrutura: nos territórios definidos pela SDT, será estimulado o projeto que garantam preferencialmente as mulheres, como obras de infraestrutura hídrica.</p> <p>Propõem-se discussões com as organizações sobre o aprimoramento do crédito produtivo para as mulheres.</p> <p>A proposta de crédito apresentada na negociação será remetida ao GT de Crédito do MDA</p>	<p>O PRONAF - Mulher deve ser regulamentado como <u>linha específica</u> para atender demandas das mulheres trabalhadoras rurais, independente do sobre-teto previsto no nas linhas do Pronaf Crédito;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deverá ter <u>caráter misto</u> (investimento e custeio associado), ser rotativo, <u>contemplar os Grupos A, C e D</u>, operacionalizado via "Cartão</li> </ul> <p><b>(ver proposta completa em anexo)</b></p>
<p>16- Ampliação dos recursos para a construção e melhoria de moradias, além de infra-estrutura básica nas comunidades rurais.</p>		<p>Não avançou</p>

<p>17- Assegurar infra-estrutura produtiva, priorizando aquelas específicas demandadas pelas mulheres.</p> <p>18- Ampliar e tornar permanente a assessoria técnica pública e gratuita e de qualidade, voltada ao fortalecimento e expansão da Agricultura familiar.</p>	<p>As questões de gênero e geração estão proposta nova política nacional de ATER (ver Relatório do Seminário Nacional – 24 e 25/09/03).</p>	<p>Assegurada na proposta de Crédito no item 15</p>
<p>21- Fortalecimento do INCRA enquanto órgão público, objetivando a recuperação de sua capacidade operacional.</p>	<p>Deverá ser aberto concurso ainda em 2003, para nível médio e nível superior para recompor a força de trabalho do INCRA/MDA.</p>	<p>Inclusive com remanejamento de cargos e de unidades, para melhor aproveitamento.</p>
<p>22- Concretizar mecanismos eficientes para proibir as vendas de lotes e impedir o cadastramento das pessoas que já beneficiadas venderam seus lotes.</p>	<p>Tem sido prática nos regionais a ação de retomada de terras irregularmente vendidas nos projetos de assentamento. No sul do Pará foram retomadas até hoje mais de 1.000 lotes.</p>	<p>E fundamental envolver os movimentos sociais nos estados para discutir critérios e os processos de regularização/substituição dos beneficiários, para se evitar injustiças ou apadrinhamento.</p>



<p>23- Apoiar a campanha pelo limite de área da propriedade rural em 35 módulos.</p>		<p>Não avançou</p>
<p>24- Promover um amplo processo de regularização fundiária das posses precária, com rigoroso combate à grilagem de terras públicas, especialmente nas áreas de expansão da monocultura</p>	<p>O MDA/INCRA estão negociando com o BID um acordo de empréstimo para financiar um amplo projeto de regularização fundiária, com a participação dos governos estaduais.</p>	<p>É preciso dar atenção especial à regularização das pequenas posses localizadas nas atuais áreas de expansão das lavouras de soja e do algodão.</p> <p>Estes locais têm sido palco de muita violência, cometida por grileiros, muitas vezes apoiada por policiais, para expulsarem das terras, as famílias de posseiros antigos.</p>
<p>25- Priorizar as mulheres, o direito de permanecer na parcela ou no assentamento, nos casos de separação conjugal.</p> <p>26- Assegurar que as mulheres que tenham deixado as parcelas durante os processos de separação possam ser beneficiárias em outros projetos de assentamento.</p>	<p>As normas legais da Reforma Agrária não prevêm esse direito. Em casos de separação o INCRA se ampara no que determina o Código Civil.</p> <p>Entretanto, todos estes procedimentos serão discutidos em conjunto com o tema da titulação conjunta. Para tal, será realizado na oficina de trabalho na primeira semana de outubro.</p>	<p>O MDA deve definir prazos e critérios para esta discussão.</p>

<b>ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS</b>		
27- Criação de uma Secretaria Especial de Produção Artesanal no MDA.	Criar coordenação das ações de apoio e fomento do artesanato na SAF	Sugerimos que esta Coordenação seja criada junto a SDT, e não à SAF.
28- Promoção permanente de Feiras Estaduais, de comercialização dos produtos fabricados por organizações de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas, com apoio para a infraestrutura necessária às organizações.	Realizar reuniões de trabalho para viabilizar maior participação dos produtos oriundos de organizações de mulheres na estratégia de promoção comercial da SAF	Definir prazos e critérios para sua efetivação
29- Criação de Central de Comercialização dos produtos e serviços das mulheres, nos Estados, com a efetiva participação dos movimentos de mulheres, integrada aos programas de formação e crédito.	MDA fomentará a discussão sobre a comercialização de produtos das mulheres nos territórios definidos pela SDT.	Não avançou
30- Elaboração e implementação de Programa Nacional de Valorização e Melhoria da Qualidade da Produção das mulheres trabalhadoras rurais.	Fazer mapeamento das experiências produtivas e levantar informações sobre situação atual dos empreendimentos de mulheres. A partir daí, elaborar programa de melhoria da qualidade da produção	
31- Garantir preços mínimos para os		

produtos da Agricultura Familiar.		
-----------------------------------	--	--

## **MEIO AMBIENTE – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE COM A AGROECOLOGIA E UM NOVO PADRÃO ENERGÉTICO**

Sobre esta política foram feitas algumas conversas sobre o conjunto das propostas apresentadas ao Ministério do Meio Ambiente.

A ministra Marina Silva mostrou-se sensível às demandas apresentadas pelas mulheres e se comprometeu em desencadear um processo de negociação com os ministérios afins, no sentido de responder as reivindicações da Marcha das Margaridas.

## **POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO – UMA POLÍTICA POSSÍVEL E NECESSÁRIA**

O debate sobre a política de valorização do salário mínimo é de extrema importância para o conjunto do MSTTR. Recuperar o seu poder de compra deve ser a nossa meta central.

O governo federal está desenvolvendo política de recuperação do poder de compra do salário mínimo de forma gradativa e planejada.

O Ministério do Trabalho e Emprego foi muito receptível às demandas apresentadas pelas mulheres e se comprometeu abrir um canal de diálogo permanente com CONTAG sobre as diversas políticas implementadas pelo ministério, em especial as pertinentes às mulheres.

## **SAÚDE PÚBLICA COM ASSISTÊNCIA INTEGRAL A MULHER**

O Ministério da Saúde apresentou as ações realizadas no âmbito da política nacional de atenção a mulher, além de outras ações de competência do Ministério.

No entanto, apesar de ter sido realizada 3 (três) reuniões, não houve avanços significativos no que refere às reivindicações da Marcha. Novas reuniões estão sendo agendadas para dar continuidade ao processo de negociação.

## **CONTRA A VIOLÊNCIA SEXISTA E TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CAMPO**

Este tema foi debatido no Ministério da Justiça e na Secretaria Especializada de Atendimento a Mulher.

As questões priorizadas nas negociações foram às relacionadas aos diversos crimes contra as mulheres.

Apresentamos algumas contra propostas para serem apreciadas pelo governo.

- Redução de 50 mil para 25 mil habitantes os municípios que serão beneficiados com delegacias especializadas de atendimento a mulher;
- Reestruturação das atuais delegacias
- Desenvolvimento de campanhas educativas (em processo discussão com equipe da Radiobras)
- Elaboração e desenvolvimento de programas de capacitação para os servidores públicos na área temática específica de atendimento às mulheres vítimas de violência

## **GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS**

Para negociação das propostas foram realizadas duas reuniões.

Em princípio não houve discordância em relação aos pontos apresentados, no entanto, o processo negociação ainda continua.

A Marcha das Margaridas foi fundamental para que se resolvessem questões pendentes do Grito da Terra a exemplo<sup>12</sup>

do Contrato de Parceira e Meação, bem como, da comprovação do exercício da atividade rural mediante início de prova material e contemporânea.

Foi publicado parecer da consultoria jurídica do MPS, foi aprovada pela diretoria colegiada nova Instrução Normativa/IN que irá revogar a IN nº 84, que neste momento aguarda publicação no Diário Oficial da União.

### **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A partir das negociações do GTB, se desencadeou um processo de diálogo com o Ministério de Educação sobre a constituição de uma política de educação do campo.

No entanto, sua efetivação se concretizou nas negociações da Marcha das Margaridas quando o Ministro da Educação expediu portaria criando uma Coordenadoria Geral de Educação do Campo, vinculada a Secretaria de Inclusão Educacional do Ministério da Educação.

A finalidade dessa coordenadoria é articular às Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal para implementação da política de educação do Campo.